



GT - QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO: uma visão crítica do trabalho do assistente social na política de educação

Carmem Larissa Santos Modesto, Carolyne Gonçalves do Nascimento

RESUMO

O presente artigo tem como principal objetivo ampliar o conhecimento acerca da atuação profissional do (a) assistente social no âmbito da política educacional. Para isso, utilizamos uma estratégia de pesquisa qualitativa tomando o setor do Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus Natal Central, como fonte direta de obtenção de dados. Para tal, fez-se uso da observação do trabalho cotidiano deste profissional, com a intenção de apreender sobre as complicações e agravamento das expressões sociais a partir das façanhas do neoliberalismo, consolidadas através das privatizações e cortes orçamentários nas políticas públicas e, principalmente, na política educacional. Conclui-se que a política neoliberal traz consigo um imenso desafio para a categoria profissional devido às regressões vivenciadas dos direitos sociais já conquistados, através de grandes processos de lutas. Assim, se faz necessário que os (as) assistentes sociais se fortaleçam como categoria de frente em meio a esse processo para contestar tais regressões e problematizar as iniciativas do Estado Neoliberal.

Palavras-chave: Políticas Sociais. Política Educacional. Assistente Social. Serviço Social. Neoliberalismo. Privatização.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre a experiência de duas estudantes enquanto estagiárias no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte/Campus Natal Central (IFRN/CNAT), realizado no período letivo de 2022.2 a 2023.1, no qual foi possível vivenciar e apreender as diversas demandas acerca do fazer profissional do assistente social na política de educação. O IFRN/CNAT é uma organização de natureza governamental, e tem como principal objetivo ofertar educação profissional técnica e tecnológica (níveis médio e superior) para jovens e adultos. Em relação ao Serviço Social no campus aqui explicitado, este tem como disposição propiciar o acesso a garantias para redução de vulnerabilidades e fragilidades no âmbito educacional, o que ocorre, sobretudo, por meio da assistência estudantil.

Relacionando-se a isso, no seu segundo mandato na presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2011), possibilitou alguns marcos importantes para o



desenvolvimento educacional, como a criação do Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) com o intuito de democratizar o acesso e permanência na educação superior pública federal, minimizar as desigualdades sociais e evitar a evasão escolar através de ações como auxílio moradia, alimentação, transporte, dentre outros. O PNAES se mostra para os profissionais de serviço social, e seus usuários, como uma ferramenta indispensável na garantia do acesso e permanência dos estudantes no IFRN/CNAT.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é fazer uma reflexão crítica e propositiva sobre o fazer profissional do assistente social na política de educação, mais especificamente no IFRN/CNAT, com base nas vivências tidas como estudantes estagiárias no setor, no período de estágio obrigatório. E como conclusão, espera-se alcançar o entendimento e apreensão da realidade e encontrada na dinâmica institucional dos usuários e dos profissionais do Serviço Social, cuja finalidade remete-nos às variações das expressões da questão social que se materializam neste campo. Além disso, compreender os rebatimentos e impactos das políticas atuais no Estado mínimo como os congelamentos e teto de gastos, tendo em vista que esses processos afetam o fazer profissional e o (não) acesso aos direitos dos usuários.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As políticas públicas sociais em nosso país trazem consigo um longo histórico de embates para que possam se tornar prioridade estatal, e que sejam desempenhadas para de fato, poder abranger questões sociais fundamentais, pensando na grande massa da população dependente de tais políticas. Se tratando da política educacional no Brasil, o processo de ensino vem historicamente sendo demarcado e ligado aos preceitos conservadores e idealizações da igreja católica¹, para com os indivíduos e suas famílias. Isso se dá desde o processo de colonização do país e, é essa concepção burguesa de educação que corrobora ainda nos dias atuais para uma sociedade com extrema desigualdade social.

¹ Durante o processo de colonização do Brasil, os Portugueses trouxeram consigo o clero católico, já que possuíam uma estreita relação. A invasão portuguesa, impôs aos povos originários brasileiros crenças e costumes que se intensificam com a chegada dos Jesuítas ao país em 1549. A chegada dos Jesuítas tinha como objetivo principal a evangelização dos povos indígenas, para que se tornassem cristãos. A educação brasileira parte desse contexto: violência e imposição de preceitos e ensino dirigidos pela Igreja Católica.



O Brasil, como país historicamente subalterno e dependente do capital estrangeiro, possui na sua gênese a lógica de uma educação formal excludente, nos primeiros anos do seu desenvolvimento, o acesso à educação formal se restringe exclusivamente à elite brasileira. O processo que demarca o início da trajetória da política de educação pública no país se inicia graças a mudanças históricas significativas, após a queda da primeira república, que ocorreu devido a mudanças sociais e políticas, se promulgou a Constituição Federal de 1934, onde a mesma abre caminhos para esse processo ao decretar a educação primária como pública e gratuita, diferenciando o ensino para homens e mulheres, e excluindo a população mais pobre. No entanto, é apenas na Constituição Federal de 1988 que a educação formal irá se consolidar como uma política pública, gratuita e de qualidade, alcançando todos os cidadãos, o Art. 206 da CF 88, afirma que a educação será ministrada conforme os seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal. BRASIL. [Constituição (1988)].

Atualmente, os aportes legais que preconizam a educação pública, seu acesso e permanência, se materializam por meio da Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB, e o Decreto nº 7.234/2010 - Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES. As políticas citadas acima só surgiram e foram possíveis a sua formulação graças à luta e organização social, que entende a educação como caminho necessário para a formação do sujeito no exercício da sua cidadania, na finalidade de preparação para o trabalho e a sua inserção na sociedade.

A busca por expansão da educação pública para que contemple principalmente a classe proletária, é dada através de lutas sociais contra a hegemonia neoliberal. Essa



que traz consigo a mercantilização e incentivo a rede privada resultando em uma espécie de peneira, dividindo a sociedade em quem possui condições financeiras de arcar com os custos da educação e quem não dispõe de tais condições e, portanto, torna-se desfavorecido do acesso à educação formal e sem amparo do Estado. O acesso à educação como direito de forma não igualitária, tem como consequência o acirramento das disputas por políticas públicas sociais a partir dos movimentos sociais.

2.1 O Serviço Social na política de educação

No debate do Serviço Social brasileiro, identifica-se que, historicamente, a presença do Assistente Social na educação remonta à década de 1930, no entanto, é principalmente nos anos 2000 que esse processo se fortalece. A recente aproximação do Serviço Social com a política de educação ocorre devido os avanços e acúmulos teóricos da profissão, assim como a própria organização política da categoria, por meio do conjunto CFESS-CRESS. A inserção do assistente social na educação não se deu como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas sim como um reflexo de natureza política e profissional acerca das estratégias de luta da profissão, na garantia dos acessos aos direitos sociais. Nesse sentido, é possível observar que a profissão vem a cada dia se fortalecendo teórica e politicamente, isso favorece a atuação, entretanto, não garante o pleno fortalecimento da autonomia profissional, visto que essa depende sobremaneira da gestão governamental vigente.

Atualmente o Serviço Social se insere na política educacional com o sentido de defendê-la, compreendê-la e perpassar para as pessoas inseridas na sociedade e nesse espaço propriamente dito, como uma política emancipadora que deve ser garantida e cobrada para ser de qualidade e comprometida com todos, garantindo o que está descrito nos fundamentos do projeto ético-político que orienta a profissão, definida por Netto como:

Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético político do Serviço Social] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua



relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (1999, p. 95).

O modo de produção capitalista gera na sua essência uma tendência particular aos demais modos de organização social da história, mesmo com as particularidades de cada estado burguês capitalista, todos tendem a obter a tendência de riqueza/pobreza em uma mesma direção, tal qual gera uma polarização generalizada na população, onde de um lado se encontra a acumulação do capital burguês, e, do outro, o pauperismo/pobreza da classe trabalhado, com ambos crescendo na mesma medida e intensidade. A forma como a riqueza na sociabilidade capitalista é produzida e repartida resulta na "Questão Social", dando origem às expressões da questão social, como por exemplo o racismo, o machismo, a misoginia, a homofobia, a pobreza, a xenofobia e entre tantas outras desigualdades sociais.

Partindo desse pressuposto, entende-se a necessidade de haver no espaço educacional e no IFRN-CNAT o Serviço Social, visto que essa profissão se destaca pelo seu olhar ampliado. Nesse sentido, a análise do assistente social baseia-se na compreensão e observação das expressões da questão social, sendo esse um fenômeno próprio da sociabilidade capitalista. A política de educação, por meio da assistência estudantil, tem como objetivo central garantir a formação dos estudantes possibilitando seu acesso, permanência e êxito. Concomitante a isso, considerando o trabalho do Assistente Social na política de educação e no âmbito do IFRN-CNAT, observa-se que está majoritariamente ligado à concessão dos programas e auxílios de assistência estudantil oferecidos na instituição. Contudo, o fazer profissional deve-se pautar em quatro parâmetros centrais, quais sejam eles:

Garantia do acesso da população à educação escolarizada; a garantia e permanência da população nas instituições educacionais; garantia da qualidade dos serviços prestados no sistema educacional e fortalecimento das propostas e ações de gestão democrática e participativa da população no campo educacional Almeida (2003).

Logo, entende-se que o trabalho realizado pelas assistentes sociais no IFRN-CNAT não está apenas vinculado à Assistência Estudantil, os preceitos que o norteiam estão para além das demandas espontâneas voltadas para a concessão dos programas/auxílios.



2.1.1 O ajuste fiscal e seus rebatimentos no fazer profissional

Pouco mais de 30 anos após a Constituição, vivemos tempos de desmonte de direitos sociais, congelamento dos investimentos públicos por 20 anos com a Emenda Constitucional nº 95 aprovada em 2016 durante o governo Temer (e continuada no governo Bolsonaro) para instituir um novo Regime Fiscal. A Emenda dispõe de reformas trabalhista e da previdência, reforma do Ensino Médio, privatização entre outras medidas que vão de encontro aos direitos sociais. Essas contrarreformas implicam na descaracterização da seguridade social como direito, fragilidade das políticas sociais e destruição de direitos da classe trabalhadora levando a uma precarização e exploração nas condições não só de trabalho, mas de vida, pois os serviços que deveriam ser oferecidos gratuitamente pelo Estado viram mercadoria restringindo o acesso a quem possui condições financeiras para arcar com tais serviços como disposto por Behring (2017, p. 09):

As políticas sociais entram, nesse cenário, caracterizadas como: paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e, de preferência devem ser acessadas via mercado, transformando-se em serviços privados [...] evidentemente, nessa perspectiva, os benefícios, serviços e programas sociais deixam de ser direitos sociais para se tornarem direito do consumidor.

Atualmente, ainda vivemos uma onda conservadora e neoliberal com fortes ataques à educação pública e não somente a ela, mas para diversas políticas sociais que são essenciais à população e principalmente para a classe trabalhadora. O ex presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, tem declarado constantemente guerra aos estudantes e a educação através de cortes significativos no orçamento destinado às universidades e institutos federais² promovendo um grande desmonte na educação pública do país para assim enlargar os caminhos da privatização e fortalecimento do capital. Vale ressaltar que esses cortes orçamentários na educação dão sequência ao que já vinha se intensificando, como descrito anteriormente, desde o golpe que destituiu a ex-presidente Dilma Rousseff, por meio de impeachment, impondo o governo (ilegítimo) de Michel Temer.

² De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), no total foram cerca de R\$ 763 milhões retirados do orçamento destinado às universidades federais, impossibilitando o funcionamento das mesmas, já que não havia condições financeiras de arcar com as despesas básicas como luz, alimentação, auxílios, bolsas acadêmicas, entre outros itens necessários para a permanência no ambiente educacional.



Relacionando-se a isso, podemos ter como exemplo os cortes e contingenciamentos sofridos pelo MEC durante todo o ano de 2022, em uma desculpa de que deveria respeitar o teto de gastos, o então governo Bolsonaro realizou três cortes significativos no mesmo ano, sendo eles de, respectivamente: junho - corte de 1,6 bilhão; outubro - bloqueio temporário de 328,5 milhões; novembro - corte de 366 milhões. As consequências desses cortes foram sentidas especialmente pelos IES, houve atrasos em pagamentos de despesas básicas como água e luz, bem como no pagamento de bolsistas e terceirizados, despertando forte insatisfação popular e em especial no meio acadêmico.

O artigo produzido no encontro do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, aponta que o cenário atual demonstra um estrangulamento de verbas decorrente de uma política ultraneoliberal (política seletiva e focalizada, que não soluciona o problema, apenas o "disfarça") que reduz os recursos para as políticas sociais de forma ainda mais aprofundada que os governos anteriores, como uma resposta a EC 95/2016. Por outro lado, uma série de medidas provisórias, portarias e projetos de leis estão em curso, e apesar de aparentar não terem relação entre si, esses processos, em conjunto, compõem uma política de privatização e ataque à educação como política social e ao conhecimento crítico como disputa ideológica para a formação de um consenso social em torno do seu projeto. Entende-se, dessa maneira, que o objetivo do então governo Temer - Bolsonaro foi sucatear e sufocar a educação pública a fim de disseminar o ideal do "o privado é melhor", além de serem medidas que dificultam o acesso à educação formal para indivíduos que historicamente sofrem com exclusão, como é o caso das pessoas pobres, pretas, indígenas, LGBTQIA+ etc.

Sendo o IFRN/CNAT de caráter governamental, as correlações de forças se concentram, em maior medida, no âmbito federal, por todos os processos de enxugamento da política de educação por meio de cortes e congelamentos. A efetivação dos direitos estudantis garantidos na CF 88 e no PNAES – Decreto Federal nº 7.234/2010 depende sobremaneira do financiamento empregado no âmbito federal, entretanto, o que se observa é a regressão de direitos, como por exemplo, as recentes iniciativas do governo Bolsonaro (2018-2022) que se mostraram contrárias aos preceitos estabelecidos pela CF 88 e pelo PNAES. Tal cenário acaba por inviabilizar



sobremaneira o fazer profissional do assistente social na política de educação, em especial na efetivação da assistência estudantil no âmbito do IFRN-CNAT.

Com a transição do governo Bolsonaro (2018-2022) para o atual governo Lula (2023-2026) o então ministro da fazenda, Fernando Haddad, propôs uma nova política de ajuste fiscal, o projeto flexibiliza o teto de gastos, no entanto mantém como princípio as travas de investimentos. Ainda assim, a proposta mantém a classe trabalhadora apartada do horizonte, visto não se mostrar suficiente para compensar as consequências político-sociais que a EC 95/2016 trouxe, além de manter o mesmo padrão de ajuste fiscal.

3 METODOLOGIA

Em primeiro lugar, o tema trabalhado no presente artigo, foi escolhido em razão das decorrentes problemáticas observadas pelas estagiárias e mencionadas pela supervisora de campo de estágio no instituto, de forma que tais condições acometem diretamente a dinâmica de trabalho das profissionais, restringindo a atuação das mesmas. Além disso, ocorre que os diversos cortes orçamentários na política educacional resultaram em aumento expressivo das demandas relacionadas à (não) concessão de auxílios, implicando na importância do fortalecimento das informações sobre a temática.

Este trabalho está baseado em uma estratégia qualitativa, com ênfase na observação do trabalho das Assistentes Sociais pensando acerca das problemáticas abordadas nas vivências cotidianas do setor de Serviço Social no campus IFRN/CNAT, e estudo documental. Ainda, se fez necessário para uma maior aproximação e aprofundamento do tema, realizamos estudos bibliográficos relacionados ao processo educacional, aos cortes orçamentários das políticas públicas, à política de assistência estudantil, o trabalho dos profissionais do Serviço Social no âmbito educacional, dentre outros.

Inicialmente foi realizado um estudo empírico teórico e uma análise preliminar sobre o tema a partir das demandas apresentadas pelas Assistentes Sociais do campus e observadas por nós, estagiárias do Serviço Social como mencionado anteriormente. O método de pesquisa escolhido favorece a ampliação de



conhecimentos teóricos e práticos, possibilitando a análise e conexão entre o que se lê e os resultados obtidos na prática profissional.

4 RESULTADOS

Concomitante ao explicitado no ponto 2.1.1, durante a pandemia do COVID-19³, por exemplo, fez com que aumentasse de maneira significativa a busca pela assistência estudantil no IFRN/CNAT, outro fenômeno observado foi a busca por auxílios que fazem parte da assistência social, como é o caso do até então Auxílio Brasil. Esse processo está relacionado a algo bem mais estrutural, o momento pandêmico no Brasil trouxe impactos negativos para a vida dos brasileiros, para além das 700 mil mortes desde o início da pandemia, em março de 2020, até março de 2023, dados do IBGE estima que nos dois primeiros anos de pandemia (2020 - 2021) a pobreza e extrema pobreza bateu recorde. Ainda segundo o IBGE, desde o ano de 2012 o Brasil não havia registrado tamanho índice de pobreza e extrema pobreza, nos anos de 2020 - 2021 11,6 milhões de brasileiros passaram a viver abaixo da linha da pobreza e outros 5,8 milhões passaram a viver em condições de extrema pobreza (IBGE, 2022). Logo, nota-se que a vulnerabilidade socioeconômica dos mais pobres no Brasil vem se fortalecendo nos últimos anos, e o período de pandemia acirrou sobremaneira esse processo.

Nesse cenário de conflitos de interesses, a assistência estudantil se materializa para a população brasileira através do Decreto nº 7.234/2010 - Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES -, tendo por finalidade a garantia de condições no acesso e permanência na educação formal nas Instituições de Ensino Superior (IES). No Art. 2º estão descritos os objetivos da assistência estudantil, sendo eles:

- I - Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

³ A Covid-19 é uma infecção respiratória de alta transmissão causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, podendo ser transmitida por gotículas expelidas pela boca ou nariz, com o primeiro caso surgido na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China em 2019. A doença é considerada altamente grave e chegou a provocar uma crise sanitária de nível global, a qual causou milhares de mortes no mundo todo. Esse cenário implicou em medidas protetivas como quarentena, distanciamento social, uso de máscara e luvas. No Brasil, o primeiro caso confirmado em 26 de fevereiro de 2020, se trata de um homem com histórico de viagem à Itália, teria contraído o vírus na ocasião. O Estado brasileiro alcançou a marca de aproximadamente 700 mil mortes desde a descoberta do primeiro caso, até a presente data.



III - reduzir as taxas de retenção e evasão;

IV - Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010, p. 01).

No entanto, a assistência estudantil, por sua vez, vem sendo constantemente estrangulada, inicialmente pela EC 096/2016 promulgada no governo Temer, e pelos diversos cortes e congelamentos aplicados pelo então governo Bolsonaro. Tais medidas dificultam o trabalho profissional do assistente social na política de educação, pois ao tempo em que ocorre cortes e teto de gastos, a pauperização da população aumenta, o número de desemprego segue em alta, e a fome e insegurança alimentar assola a população mais vulnerabilizada do país. O contínuo desfinanciamento da educação também afeta o processo de novas contratações de profissionais especializados, acarretando a sobrecarga dos funcionários efetivos, o que está sendo notado no IFRN-CNAT é a demanda excessiva para com as assistentes sociais.

Sobre o cenário exposto acima, as assistentes sociais do campus encontram, no seu fazer profissional, dois entraves. Primeiramente, a falta de investimento público na assistência estudantil afeta diretamente o processo de seleção dos auxílios e programas, pois devido à alta demanda e o baixo valor empregado, as profissionais acabam tendo que realizar um trabalho bastante criterioso, no sentido de selecionar "o mais necessitado dos necessitados", a consequência é que vários usuários ficam de fora, apesar de também se enquadrar nos critérios estabelecidos pelos editais. E em segundo lugar, observa-se que a alta demanda existente versus um quadro pequeno de assistentes sociais implica nas condições dadas para o trabalho profissional, uma vez que, as mesmas não conseguem realizar, de maneira satisfatória, outras atividades que também são importantes para o fazer profissional como por exemplos as atividades socioeducativas voltadas para os estudantes/servidores do campus.

Para o Serviço Social, essas condições trazem profundos desafios na atuação profissional devido aos retrocessos vivenciados em direitos conquistados através de grandes processos de lutas. Se faz necessário os (as) assistentes sociais se firmarem em meio a esse processo para contestar tais regressões e problematizar as iniciativas do Estado Neoliberal, articuladas à lógica privatista. Como analisa Lessa (2013 p. 115), os assistentes sociais têm "importante papel na construção de análises mais totalizantes em torno das expressões da questão social nos espaços educacionais".



Assim, contribuem na problematização de questões como a percepção dos atores que atuam nesses espaços sobre questões como “as condições de aprendizado dos estudantes, suas condições de vida e trabalho, sua percepção sobre a escola e suas condições de permanência (e identificação) neste ambiente”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das problemáticas expostas, observamos que o campo da educação é uma pequena amostra da realidade social, nele se faz possível observar todos os entraves da organização capitalista. Esse espaço se mostra como um meio diverso e que evidencia questões como o racismo, a homofobia, a transfobia, as violências, o assédio, as consequências do machismo, misoginia e patriarcado, bem como os processos de pauperismo e entre tantas outras expressões da questão social. Nesse sentido, a profissão de Serviço Social se insere como objeto de luta frente aos estudantes em prol da conquista de seus direitos e combate às questões sociais e às diversas violências vivenciadas no âmbito educacional.

No entorno institucional, espera-se posicionamentos diretos dos profissionais com o modo educacional capitalista que gerem conflitos e embates diretos como reação às problemáticas impostas pela mesma ordem, o qual determina a educação como campo que deve ser mantido pelo seu controle. Tendo em vista que o IFRN se trata de uma instituição de âmbito federal onde permite o posicionamento claro dos profissionais e espaço para a defesa de suas bandeiras de lutas, de modo geral, não se faz presente a autonomia profissional de forma frequente. Podemos indicar algumas teorias às quais associamos a este fato: 1. Alta demanda relacionada à concessão dos programas estudantis; 2. Grande quantidade de estudantes no campus para poucos profissionais de Serviço Social; 3. Tendência ao fazer profissional diplomático.

Perceptivelmente estas questões implicam não somente na grande quantidade de tempo direcionado às análises orçamentárias e aos valores mínimos destinados para tal, mas também no impedimento de uma atuação ampla em diversos aspectos educacionais e, na construção da autonomia profissional na articulação da correlação de forças. Vale salientar que os fatos mencionados relacionados às desigualdades sociais intrinsecamente ligadas ao meio educacional, nesse sentido, acumula um processo de adoecimento físico e mental da equipe. Além disso, o fazer profissional



diplomático de alguns assistentes sociais presente na instituição, ainda que velado, dificulta o processo de conquista da autonomia da profissão neste âmbito.

Durante a realização do estágio, não foi possibilitado o debate acerca das questões trazidas no parágrafo anterior, o que nos impediu de entender de forma explícita o posicionamento e os mecanismos para lidar com as problemáticas impostas pelo Estado capitalista. Além disso, sugerimos a construção de debates que ultrapassem os eixos dos auxílios e programas sociais e dos estudantes participantes, como articulação para fomentar o embate ao preconceito e violência de gênero, racial, econômico, dentre outros. Entendendo a importância do fortalecimento do fazer profissional propositivo e crítico, observa-se a necessidade de haver no setor de serviço social do IFRN/CNAT atividades que perpassam a dimensão técnico-operativa, como por exemplo a dimensão pedagógica da profissão.

A função educativa do profissional de Serviço Social está presente em todos os espaços sócio ocupacionais, estando vinculada a intervenção do assistente social na maneira de agir e de pensar dos usuários do serviço, e da comunidade como um todo. Os princípios norteadores dessa intervenção se pautam nos princípios fundamentais do código de ética profissional, e sua finalidade é contribuir na formação de novos consensos, indo na contramão do pensamento hegemônico, na luta por uma nova formulação cultural. Sendo o IFRN/CNAT palco de acontecimentos e debates acerca das mais variadas expressões da questão social, torna-se imprescindível a utilização da relativa autonomia profissional para fomentar e realizar atividades que problematizam e buscam soluções para essas temáticas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. I Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação. Belo Horizonte, 2003.

ANDIFES. Governo federal faz novo corte na educação e inviabiliza funcionamento das universidades. 2022. Diretoria Executiva da Andifes. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=94444>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BEHRING, Elaine Rossetti. Expressões Políticas da Crise e as Novas Configurações do Estado e da Sociedade Civil. CFESS, ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CEAD/UnB. Brasília. 2009.



BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamento e história. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

BRASIL. Constituição (2016). Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O NOVO REGIME FISCAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.. Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de Dezembro de 2016. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7566, de 23 de setembro de 1909. Legislação: DECRETO Nº 7.566, DE 23 DE SETEMBRO DE 1909. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. 2010.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social na Educação. Brasília, set. 2001.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de ética profissional do Assistente Social. Brasília, 1993.

CONCEIÇÃO, Débora. O Serviço Social e prática pedagógica: a arte como instrumento de intervenção social. SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 12, N.2, P. 51-67, JAN./JUN. 2010. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/download/7542/6830#:~:text=A%20dimens%C3%A3o%20pedag%C3%B3gica%20do%20Servi%C3%A7o,organizac%C3%A7%C3%A3o%20e%20reorganiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20cultura>.

COMUNICAÇÃO, Comissão de (org.). CFESS Manifesta: os impactos da reforma da previdência na classe trabalhadora. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. Temporalis, Brasília, 2004.

IASI, Mauro Luis. Educação e consciência de classe: desafios estratégicos. 31. ed. Florianópolis: Perspectiva, 2013.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, 2013.



NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

NOVAIS, Liliane et al. Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2001.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e condições de trabalho no SUAS. Revista Serviço Social e Sociedade: Cortez, São Paulo, n. 104, Especial, out. /dez. 2010.

SANTOS, Emily. MEC já teve corte de R\$1,6 bilhão em junho e enfrenta segundo bloqueio em 2022; entenda cronologia da crise. Portal G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/11/29/mec-ja-teve-corte-de-r-16-bilhao-em-junho-e-enfrenta-segundo-bloqueio-em-2022-entenda-cronologia-da-crise.ghtml>. Acesso em: 15, de 03 de 2023.